COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 20$00 N.º 34 NOVEMBRO 1988

Diplomacia portuguesa: muito está ainda por fazer

Nos últimos dois meses a questão Timor-Leste tem ocupado um lugar de destaque nos fora **internacionais. Boa parte deste destaque tem sido consequência da acção diplomática portuguesa que tem conseguido averbar algumas vitórias e chamar para o seu lado alguns Estados indecisos.**

Mas nesta já longa guerra, muito está ainda por fazer, muitas batalhas por ganhar. Como o veio provar as recentes declarações do porta-voz da Casa Branca.

Depois do sucesso alcançado no PE, viu-se o MNE da Grécia, país que ocupa presentemente a presidência da CEE, dirigir-se à Assembleia Geral da ONU a exprimir, em nome dos "Doze", o apoio a um rápido encaminhamento do problema para uma solução justa "**com pleno respeito pelos interesses do povo de Timor-Leste**". Mas outros países manifestaram, perante as Nações Unidas, a sua solidariedade para com Portugal nesta questão, encontrando-se entre eles a Espanha, Moçambique, o Vanuatu, Cuba e o Vietname.

Por sua vez Deus Pinheiro, no seu discurso, ao destacar este caso como insólito, num momento em que tantas e tão importantes questões internacionais se vão desbloqueando, apresentá-lo-ia como um desafio à coerência de princípios da ONU. E acrescentaria: "**Um pequeno povo de algumas centenas de milhares de habitantes, dizimado em cerca de um quarto dos seus cidadãos, submetido a uma autoridade que não escolheu, limitado nos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, reclama que lhe seja dada a oportunidade crucial de escolher o seu destino político**".

À réplica sem novidade do representante indonésio seguir-se-ia a tréplica do embaixador português junto da ONU, Fernando Reino, recordando tratar-se dum território incluído na lista dos não-autodeterminados, lista essa aprovada por aquela Assembleia e perguntando a dada altura:

"Se a ocupação indonésia, como pretendem argumentar, tem sido tão benéfica para o povo em questão, em virtude de lhe ter ocasionado tantos progressos e melhorias nas suas condições de vida, então porque não deixam que essa situação possa ser livremente aceite por aquele mesmo povo?"

Mas outros acontecimentos foram objecto de reacção por parte da diplomacia portuguesa.

O recente acordo dito "**provisório**", entre a Austrália e a Indonésia, sobre a repartição das riquezas do mar de Timor (petróleo que se estima abundante) mereceu do governo português uma nota em que adverte da ilegitimidade da Indonésia para "**assumir compromissos relativamente a um território que ilegalmente ocupa, cujo processo de descolonização não está concluído**", ameaçando recorrer "**no momento oportuno, às instâncias internacionais apropriadas, com vista a fazer valer os direitos que, nesta caso, assistem ao povo de Timor-Leste, direitos esses que cumpre observar e fazer respeitar**". Já antes o representante português em Camberra o denunciara como "**um manifesto e gravoso desrespeito pelo direito internacional**".

Este diplomata declarara anteriormente numa sessão pública promovida pela **Convergência Nacionalista** Timor em Sydney, que os povos português e maubere deveriam unir esforços para o objectivo final de expulsão da Indonésia.

Fernando Reino entregaria, entretanto, ao Secretário-Geral da ONU o protesto formal do Governo português denunciando a visita do Presidente Suharto da Indonésia a Timor-Leste como uma tentativa de consolidar, como facto consumado, a integração forçada do território e de dele dar uma imagem de falsa normalidade, e ainda como dificultando a missão do Secretário-Geral num momento em que sob a sua égide se tenta relançar os contactos Portugal-Indonésia "**nomeadamente com vista a procurar definir um acordo sobre os termos de referência que permitam eventualmente realizar uma visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste**".

"SÁBADO"

Deus Pinheiro: entre as pressões americanas e a dignidade nacional

NESTE NÚMERO:

- **Diplomacia portuguesa**
- **Estudantes tomam a palavra**
- **Visita de Eurodeputados**
- **Luta pela democracia**

Ainda os ecos desta arrogante visita não se tinham apagado quando veio a lume a declaração do porta-voz da Casa Branca sobre a posição norte-americana sobre o problema. Se bem que nada tendo de original — ela limita-se a repetir declarações anteriores e não esqueçamos que G. Ford e H. Kissinger apadrinharam a invasão — importa salientar alguns dos aspectos do contexto em que é feita:

— ela surge dias depois de ser tornada pública uma carta dirigida a Schultz por várias dezenas de senadores e membros da Câmara de Representantes, solicitando a sua intervenção junto da Indonésia para que fossem respeitados os direitos da população de Timor-Leste e indirectamente pressionando-o para que seja revista a política americana para com Jacarta;

— ela surge em vésperas de mudança da administração, sendo esperada a vitória do candidato apoiado por Reagan, pelo que convém deixar, tanto quanto possível, para a administração cessante as declarações desagradáveis, ingratas ou simplesmente contraditórias e exigindo acrobacias e piruetas verbais;

— ela surge no momento em que os EUA estão empenhados em solidificar as suas alianças com os regimes instalados recentemente na área (Filipinas, Coreia do Sul, Formosa), sendo-lhes fundamental não alterar o equilíbrio que mantém com um dos seus mais fortes apoios (a Indonésia) na região;

— surge assim como natural a opção da administração norte-americana de pressionar aquilo que aos seus olhos constitui o elo fraco do diferendo: Portugal. Competirá agora ao governo e à diplomacia de Lisboa mostrar aos norte-americanos, paladinos da liberdade e dos direitos humanos, que mais uma vez escolheram o lado errado. □

Estudantes tomam a palavra

Quando passa o segundo aniversário da retenção em Jacarta, dos quatro jovens timores (Antonino Gonçalves, Abílio Sereno, João da Câmara e Afonso da Silva), chegam notícias mais detalhadas sobre as grandes movimentações estudantis de Julho, em Dili, bem como sobre várias acções repressivas em Timor-Leste e Indonésia contra estudantes.

DOIS ANOS DE "PRISÃO SEM GRADES"

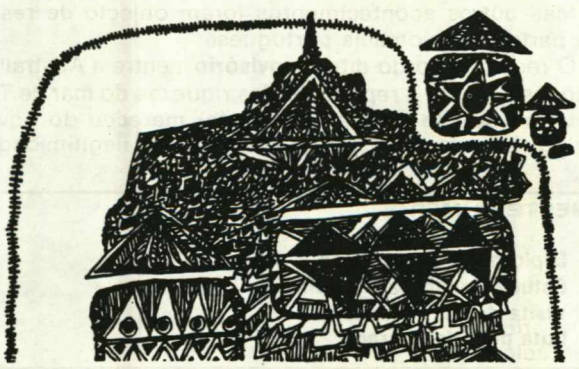
Presos em Setembro (apenas Antonino Gonçalves e João da Câmara) e libertados em 11 de Outubro na sequência de uma campanha de apoio a nível internacional, os quatro estudantes buscaram refúgio na embaixada holandesa em 20 de Outubro, como protecção contra as ameaças de morte de que eram alvo. Perante as pressões do embaixador holandês (o qual chegou a intimidá-los com a chamada da polícia) os jovens abandonaram a embaixada mediante o compromisso escrito de um mediador do governo indonésio de que "**nada lhes aconteceria até à sua saída da Indonésia**". Os jovens reclamavam o estatuto de cidadãos portugueses e exigiam sair da Indonésia como tal. Apesar do governo português lhes ter enviado os passaportes e de se ter prontificado a pagar as viagens, a Indonésia sempre se tem recusado a passar-lhes os vistos de saída, argumentando que fazê-lo corresponderá a aceitar a soberania portuguesa sobre Timor-Leste. Embora o assunto já tenha sido abordado em conversações entre os dois países, na ONU, o impasse mantém-se, enquanto a situação material e psicológica dos jovens continua bastante difícil.

Ao longo do processo a atitude da Holanda tem sido no mínimo pouco clara: começando pela quase-expulsão pela força dos jovens (ao arrepio de toda a tradição liberal desse país), continuando na passividade com que acompanharam o caso e culminando na situação actual (em que se considera oficialmente desvinculada da questão, mas continua a receber periodicamente os jovens e a aconselhá-los a "rever" a sua posição). Também Portugal não tem (apesar das citadas diligências em Nova Iorque) dado o acompanhamento devido ao assunto: não existe até ao momento (apesar das várias cartas enviadas pelos quatro aos órgãos de soberania nacionais) qualquer "sinal" do Estado português dirigido aos jovens, no sentido de que não os esqueceu. Existem alguns indícios de que o MNE está a analisar a questão e que a situação se poderá alterar proximamente. Qualquer que seja o auxílio a conceder eventualmente aos jovens, interessará fundamentalmente garantir que eles não venham a ser usados como moeda de troca em quaisquer futuros acordos entre Portugal e a Indonésia.

ESTUDANTES: UMA FORÇA DE FUTURO

Chegou entretanto uma versão mais completa sobre os acontecimentos de 18 de Julho em Dili (ver **Informação Timor-Leste** n.º 32). Os factos mais salientes a reter são: *a)* a referida manifestação **não foi um acontecimento pontual**, mas antes um conjunto de protestos que se desenrolaram ao longo de mais de um mês: durante os meses de Junho, Julho (com o apogeu entre 17 e 20 de Julho) e Agosto manifestações foram frequentes, contra as injustiças praticadas pelos professores e a discriminação nas classificações e atribuição de bolsas, em favor dos filhos dos indonésios; *b)* **teve amplitude nacional**: tendo-se iniciado em Baucau (os jovens manifestantes nesta vila conseguiram desarmar alguns dos polícias enviados para os controlar, tendo-se em seguida deslocado com essas armas, em viaturas alugadas, até Dili, frente ao palácio do governador) contou com a presença de representantes de muitas outras escolas do território; *c)* para além dos timorenses, **terá incluído** também **alguns estudantes javaneses** (a confirmar-se, será a primeira vez que tal acontece). Chegou também a notícia de que, apesar das promessas proferidas na altura pelo governador Mário Carrascalão de que não haveria represálias sobre os jovens, 25 estudantes foram já detidos em Dili, para interrogatórios.

Também em Natarbora, em Setembro, 5 estudantes timorenses foram violadas por 3 militares e 2 professores indonésios e em seguida mortas a tiro, por oferecerem resistência; os 2 professores encontram-se detidos em Dili para averiguações (em geral, são rapidamente libertos). As ameaças e perseguições a estudantes timores verificam-se mesmo fora do território: em Denpasar, Bali, em 12 e 13 de Julho, as residências de vários jovens timorenses que aí se encontram a estudar, foram cercadas por indonésios armados de paus e catanas, ameaçando de morte os estudantes: só após a intervenção de um pelotão de soldados indonésios a situação acalmou. □



Sr. Eurodeputado venha cá venha ver o que isto é

Ao mesmo tempo que a Indonésia acena à opinião pública internacional com promessas de "abertura gradual" do território e de "flexibilização" de posições, no interior de Timor-Leste a sua atitude é a mesma de sempre: repressiva e brutal. Informações recentes dão-nos conta de várias dessas acções indonésias e da resistência das populações.

VISITA PARA INGLÊS VER

Foi oportunamente referido (**Informação Timor-Leste** n.os 32 e 33) a visita realizada à Indonésia e a Timor-Leste em 16, 17 e 18 de Agosto por um grupo de 4 eurodeputados, enquadrados pelo chefe-de-fila do "lobby" indonésio em Estrasburgo (e reincidente nestas andanças), o democrata-cristão holandês Janssen van Raay. O relatório elaborado na sequência desta visita constituiu nos **fora** internacionais que se seguiram (nomeadamente a sessão da Subcomissão dos Direitos Humanos em Genebra e a sessão plenária de Setembro do Parlamento Europeu) uma peça-chave da argumentação indonésia. Distribuído amplamente aos peritos em Genebra e circulando em Estrasburgo como documento oficial com a chancela da embaixada da Indonésia, o relatório, de tom geral claramente pró-indonésio mas integrando inteligentemente algumas notas críticas (em questões secundárias) — o que lhe aumentava a credibilidade — teve um impacto não menosprezável como influenciador de opiniões. Tratava-se, com efeito, de um relato actualizado (o mais recente disponível), elaborado por fontes não-indonésias e que tinham sido testemunhas (supunha-se) do que afirmavam.

Logo na altura foram postas a nu algumas das debilidades em que esse relatório assentava: foi elaborado por pessoas completamente desconhecedoras do "dossier" Timor-Leste (à excepção do citado van Raay), dizia respeito a uma estadia de 2 dias e meio no território (dos quais apenas meio dia fora de Dili); a visita foi sempre enquadrada por militares e elementos dos serviços secretos, todas as deslocações na ilha se realizaram de helicóptero, houve tentativas de ludíbrio aos eurodeputados quanto a locais e interlocutores, etc.

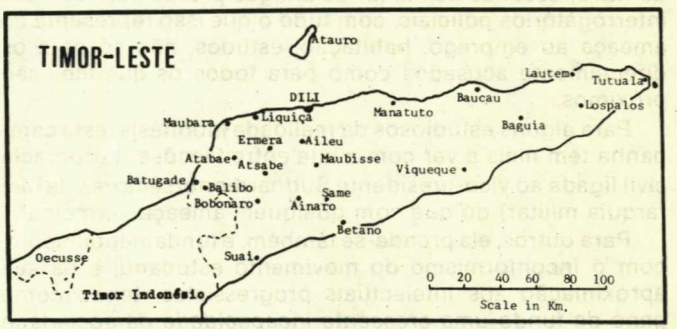
Neste momento há já dados adicionais que ajudam a esclarecer em que condições se desenrolou essa visita. Segundo fontes da resistência clandestina, foram dadas às forças indonésias ordem de retirada para fora dos locais habituais de estacionamento, para sítios não- acessíveis; os arredores de Dili foram durante o período em questão sujeitos a rigorosa vigilância por forma a evitar infiltrações das Falintil; em Dili, Baucau, Viqueque e Lospalos dispositivos militares volumosos, como carros de combate, aviões e peças de artilharia foram retirados e cobertos com camuflagens de folhas ou ervas verdes. Também a população foi devidamente preparada: enquanto à generalidade dos timores foi expressamente recomendado que não respondessem a possíveis perguntas do grupo visitante, algumas pessoas seleccionadas foram treinadas para certo tipo de respostas. Nas vésperas e durante a estadia da delegação, a presença da Intel (serviço de informações Indonésio) foi constante: agentes secretos indonésios disfarçaram-se de empregados do hotel Turismo (o principal hotel de Dili, onde os eurodeputados ficaram alojados) enquanto outros cirandavam pela praia em frente, vestidos de pescador; todos eles estavam equipados com minúsculos aparelhos de captação de som, capazes de permitirem seguir qualquer conversa a mais de 25 metros de distância.

De acordo com as mesmas fontes, após a visita ter-se-iam já verificado prisões e interrogatórios a elementos da população que contactaram com os eurodeputados.

BOLOS ENVENENADOS

Inserida no processo de tentativa de melhoria de imagem internacional, verificaram-se nos últimos tempos algumas movimentações indonésias: em 31 de Agosto foram transferidos para Dili mais três ou quatro presos timores que se encontravam na cadeia de Cipinang (Java), sendo ainda incerto qual o seu estatuto futuro: se regime de liberdade condicional, se continuação de detenção na prisão da Comarca (Dili). Por confirmar, está o destino de outros onze presos políticos timores que se encontravam também em Cipinang e cuja libertação (ou transferência para Dili) foi anunciada pelas autoridades indonésias em finais de Julho. Continuem presos ou tenham sido libertos a sua situação é igualmente precária: é sabido que os nacionalistas saídos da prisão são normalmente instruídos para, sob pena de represálias, se infiltrarem nos meios de resistência e aí servirem de informadores.

A alternância da cenoura e do cacete é documentada por incidentes violentos recentes: é o caso do ocorrido em Julho (data não confirmada) com um chefe de suco da área de Viqueque (nome não referido) que foi torturado e morto pelas autoridades militares da zona, como represália pelas queixas que tinha feito ao governador Carrascalão do comportamento brutal de soldados indonésios contra conterrâneos seus. Outro tipo de método foi o utilizado perto de Klalerec-Mutin (zona de Viqueque): bolos envenenados foram deixados na praia, provavelmente lançados de helicóptero; embora a armadilha se destinasse à guerrilha, muito activa na zona, na realidade foram atingidos vários civis que morreram na sequência da ingestão de alguns daqueles bolos (a fome é endémica aí). Já em Baucau parecem estar a tornar-se comuns operações nocturnas de tropas indonésias contra aldeamentos civis; nestes ataques são saqueados alimentos e vestuários, sendo as culpas lançdas sobre a guerrilha.



Que as Falintil continuam activas (mas contra o exército ocupante...) provam-no as notícias de um combate em Luro (zona leste) em 22/25 de Junho, do qual resultaram 3 mortos indonésios, além de 2 feridos graves (um deles evacuado para o hospital de Dili e outro para o hospital militar Gatot Soebroto, em Jacarta). Noutro confronto na ponta leste (localização não referida), ocorrido na primeira semana de Agosto, foram abatidos 3 indonésios (cujas armas foram capturadas) e vários outros feridos (alguns deles foram transferidos em 11 de Agosto para o citado hospital de Jacarta). Sem indicação do número de baixas, encontra-se o combate verificado entre Ossu e Venilale em 2 de Agosto. Operações ofensivas de pequena escala foram também desencadeadas em Junho e Agosto contra posições indonésias pelas Falintil, na zona ocidental e faixa fronteiriça: Ainaro, Zumalai, Bobonaro e Maliana. □

Luta pela democracia na Indonésia

Enquanto maquilha o seu aparelho repressivo, numa velha operação cosmética bem conhecida, para lhe dar um ar mais interna e internacionalmente aceitável, num momento em que crescem as críticas à sua política, o regime de Jacarta não hesita em aplicar uma mão dura sobre todos aqueles que ousam ter um modo diferente de olhar e de estar com os homens e o mundo.

REPRESSÃO SOBRE ESTUDANTES E INTELECTUAIS

Nos princípios de Setembro, uma organização de direitos humanos sediada em Genebra, a **SOS Torture**, lançava um apelo a favor de três jovens indonésios detidos em Junho deste ano.

De acordo com esse apelo, **Bambang Subono**, de 25 anos, estudante de Sociologia na Universidade de Gajah Mada (Yogyakarta), foi preso no dia 9 de Junho por alegadamente vender exemplares duma novela, proibida na véspera, do escritor "maldito" **Pramoedya Ananta Toer**. Sujeito a tortura, este estudante teria denunciado vários colegas seus, um dos quais, **Isti Nugroho**, de 26 anos, seria preso no dia 20 desse mês. Na altura foi igualmente preso o estudante de Antropologia **Anharuddin**, de 26 anos de idade, responsável por uma revista dedicada aos problemas da juventude universitário de Gajah Mada, a **Dian Budaya**, e que seria libertado em 4 de Agosto.

De acordo com a **SOS Torture**, familiares de Nugroho, que conseguiram, após muita insistência, visitá-lo na prisão durante apenas 10 minutos e na presença de 6 guardas, confidenciaram que aquele tinha o rosto de tal modo deformado que dificilmente conseguia articular as palavras. Segundo eles, Nugroho teria sido obrigado a estar de olhos abertos virado para o sol (uma tortura vulgarmente usada pelos militares indonésios em Timor-Leste), receando os familiares que ele possa vir a ficar cego.

Em Abril, o diário **Jayakarta**, um jornal ligado ao comando militar de Jacarta (que detém 10% do seu capital) e a certos meios empresarias (que detêm os restantes 90%), iniciou uma campanha contra a "**renovada ameaça comunista**" e as suas infiltrações nos escalões superiores da burocracia governamental.

O resultado imediato desta campanha foi o de submeter, de novo, dezenas de milhar de antigos presos políticos aos interrogatórios policiais, com tudo o que isso representa de ameaça ao emprego, habitação, estudos, não só para os directamente acusados como para todos os que lhes são próximos.

Para alguns estudiosos da realidade indonésia, esta campanha tem mais a ver com a luta entre facções (burocracia civil ligada ao vice-presidente Sudharmono/sectores da hierarquia militar) do que com qualquer "ameaça vermelha".

Para outros, ela prende-se também, e fundamentalmente, com o inconformismo do movimento estudantil e da sua aproximação aos intelectuais progressistas, tendo como pano de fundo uma crescente incapacidade da sociedade indonésia em absorver a mão-de-obra que todos os anos é lançada aos milhões no mercado de trabalho e onde os jovens saídos das escolas ocupam uma fatia significativa. A política de austeridade imposta desde 1985 pela queda dos preços do petróleo tem levado à restrição das oportunidades de emprego oferecidas pela função pública, que tinha funcionado até aí como um tampão amortecedor das tensões sociais criadas pelas dificuldades de encontrar uma saída profissional.

O problema para as autoridade é que esta juventude urbana, condenada ao sub-emprego ou a um emprego sem correspondência com as habilitações académicas, ganhe um outro grau de exigência e se transforme em factor de instabilidade social, como as manifestações de finais do ano passado e princípios deste ano em várias cidades universitárias parecem indicar.

Compreende-se pois que o Procurador Geral da República tenha proibido, em 8 de Junho o livro **Rumah Kaca** (Casa de Vidro) de **Pramoedya A. Toer**, recorrendo ao argumento de que as suas obras "**continham ensinamentos que podiam encorajar as pessoas a lançarem-se em revoluções**" (**Jakarta Post**, 10/8/88). No dia 3 de Agosto um outro livro deste escritor foi proibido, assim como o ensaio **Teologia da Libertação** do P. **Wahono Nitiprawira**. Dias depois, a editora responsável pela sua publicação era alvo de um processo por parte das autoridades. Quer Toer quer os responsáveis da editora continuam sujeitos a interrogatórios.

KOPKAMTIB VIRA BAKORSTANAS, SEGUNDO UMA VELHA COSMÉTICA...

Enquanto a máquina repressiva leva a cabo a sua obra de trituração das consciências incómodas, os seus responsáveis preocupam-se em retocar-lhe a fachada numa época em que alguns olhos e bocas do mundo começam a concentrar as suas atenções no que se passa naquele país no que diz respeito a direitos humanos.

O **Kopkamtib** (Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem), criado em 1 de Novembro de 1965, sob o comando do então maj.-gen. Shuarto e com o objectivo expresso de limpar a sociedade indonésia de tudo o que tivesse um cariz popular ou de esquerda, tem assumido até hoje um papel central nesta acção repressiva. De um ponto de vista orgânico nunca teve uma existência separada das Forças Armadas, sendo o chefe destas também o chefe do Kopkamtib, situação que se reproduzia por toda a estrutura nacional da FFAA (os comandantes regionais eram-no das duas forças).

Em Março, acompanhando a nomeação de Murdani para Ministro da Defesa, foi anunciado o desmantelamento do Kopkamtib já que as condições que o tinham visto nascer tinham mudado e novas tarefas, mais ligadas ao desenvolvimento económico, como a luta contra a corrupção, impunham uma nova organização. Muitos viram neste anúncio uma limitação mais aos poderes de Murdani, que depois de afastado de chefe das FFAA ficava também afastado da chefia do poderoso aparelho de segurança.

Finalmente em Setembro era oficialmente criado o **Bakorstanas** (Gabinete Coordenador de Ajuda à Solidificação da Estabilidade Nacional) que no essencial mantém a mesma estrutura do Kopkamtib: a sua chefia continua a competir ao chefe das Forças Armadas, o mesmo se passando a nível das regiões, respondendo directamente perante Suharto.

Contrariando as perspectivas de alguns jornalistas que viram nesta transformação "**uma redução dos poderes do exército para investigar actos de subversão**" (**International Herald Tribune**, 14/9/88), ela faz-nos antes lembrar as operações cosméticas que certos dirigentes políticos promovem nas suas polícias quando pretendem atrair simpatias, externas e internas. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317